



ATA N.º 02/2024

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 19 de abril de 2024.-----

----- Aos 19 dias do mês de abril de 2024, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de equipamento - Mini escavadora e reboque;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Obras no Largo da Tocha;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Cantanhede (PMEPCC);-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de prorrogação da suspensão parcial da 1.ª Revisão ao PDM de Cantanhede e estabelecimento de medidas preventivas no âmbito do RERAE / Complemento da deliberação de Câmara de 24 de janeiro de 2024;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Programa de Captura, Esterilização e Devolução (CED) de Gatos do Município de Cantanhede;---
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento para “Contratação de um empréstimo de longo prazo, no valor de 3.500.000,00€ / Requalificação da rede viária no Concelho – 3.ª fase”;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede do ano de 2024;-----

9 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município de Cantanhede relativo ao ano de 2023;-----

10 - 2.^a (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2024;-----

11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento do evento desportivo “XVI BTT Cadima Caminhos do Tremoço”;-----

12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licenciamento do evento desportivo “III Caminhada de Cordinhã”;-----

13 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / Novembro e dezembro de 2023 e janeiro, fevereiro e março de 2024;-----

14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do Estatuto Remuneratório de um dos Membros do Conselho de Administração da INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas da Sr.^a Licínia Maria Fernandes Pessoa que foi substituída pelo Sr. José Manuel Tarelho Soares e do Sr. Sérgio Bernardo Gonçalves da Silva que foi substituído pela Sr.^a Maria Teresa de Jesus Almeida.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 01/2024, da sessão da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2024.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 01/2024, da sessão da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2024, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 24 de fevereiro de 2024 a 19 de abril de 2024, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- Antes de entrar no período de Antes da Ordem do Dia o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, relativamente ao Regulamento proposto para a transmissão online das Assembleias Municipais recordou que, foi constituído um Grupo de Trabalho, entretanto, saiu legislação e a Comissão Nacional de Proteção de Dados pronunciou-se, tendo alguns técnicos desenvolvido algum trabalho e produzido um documento que deve ser objeto de discussão por parte daquele Grupo de Trabalho. Recordou ainda que a reunião de trabalho já esteve marcada, mas por impossibilidade de alguns dos elementos, resolveu adiá-la. Pressupondo estarem todos os elementos do Grupo de Trabalho presentes na sessão, colocou à consideração a quarta-feira, dia 8 de maio, pelas 18h00, para reunião daquele Grupo de Trabalho, no sentido de continuarem os trabalhos, o que foi aceite pelos elementos presentes.-----

----- De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu ao Executivo

camarário, em particular ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da INOVA, pela excelente receção à comitiva do Partido Chega na campanha política das pretéritas Eleições Legislativas, particularmente à visita guiada que ocorreu às instalações de separação de resíduos sólidos, tendo ficado evidente que Cantanhede é um Concelho empreendedor. Deu, de seguida conhecimento, relativamente às estradas do Concelho, que: - Devido ao intenso trânsito de pesados, resultante das obras que ocorrem na construção da nova ETAR, algumas artérias da povoação das Cochadas, estão a ficar bastante deterioradas, pelo que, após o término daquelas obras, deverão ser requalificadas; - A estrada que liga a Gesteira ao Casal dos Netos está a ficar com o piso em mau estado porque depois da passagem do saneamento nunca mais foi alvo de requalificação; - A estrada do Feitoso, com início junto às Escolas da Sanguinheira até ao limite do concelho de Montemor-o-Velho, também está bastante degradada, necessitando de requalificação, sendo que da parte do Concelho de Montemor-o-Velho já se encontra requalificada há perto de dois anos. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Vitor Folgado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se a dois assuntos, nomeadamente: - Ao evento “9.ª Mostra Gastronómica Sopas e Pedras”, com o qual se mostrou preocupado porque a data prevista coincide com eventos importantes do Concelho de Cantanhede, nomeadamente, o “Dixieland” e o “Tapas & Papas”. Referiu já ter reunido com as Associações e já ter comunicado à Câmara a data prevista, estando agora preocupado com o facto de ainda não ter obtido resposta e não saber de que forma a Câmara poderá apoiar aquele evento; - Ao Largo da Igreja e à Rua das Almas em



Portunhos, cujo projeto foi feito pelos serviços da Câmara há muitos anos, questionando quando poderia avançar para concurso.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Joana Seabra, a qual, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu o apoio do Município dado ao Desporto, em particular às atividades internacionais que ocorreram no mês de março em Cantanhede, que levaram à presença de centenas de atletas e que, mais uma vez, foram de imenso sucesso e uma mais-valia para o Município. Acrescentou estar a referir-se: À Taça de Portugal Feminina de Ciclismo, que ocorreu no dia 17 de março, com cerca de 109 ciclistas, bem como à abertura Nacional de Cadetes, com 126 ciclistas e com a participação de equipas espanholas, e realçou que a vencedora e líder do ranking nacional foi Bruna Gonçalves, do Concelho de Cantanhede; - À Taça do Mundo de Ginástica Aeróbica, organizada pela Academia CantanhedeGYM, levada a efeito de 18 a 24 de março, com a presença de centenas de ginastas internacionais e que, mais uma vez, foi um enorme êxito.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira, Euclides Vinagreiro, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, felicitou a Câmara Municipal pela realização do 24.ª Ciclo de Teatro Amador, que foi excelente e que contou com 17 Grupos Amadores de Teatro do Concelho. Acrescentou terem sido em mesmo número da edição anterior, mas com três novos participantes, facto que atesta a dinâmica do certame, com a entrada de uns e a pausa de outros. Recordou que, a 20 de janeiro, abriu com a apresentação do espetáculo “António Sala, o Comunicador - 60 anos de carreira”, que teve uma verdadeira enchente, tendo sido um programa cultural bastante intenso, com o total de 36 sessões de teatro ao longo de janeiro a abril, que ofereceu uma diversidade de trabalhos, dramas, comédias, musicais, revista, interpretação de obras de autores

consagrados e obras originais de autores locais e que encerra no dia 20 de abril com a peça “O processo 8868” de Zé Paredes, interpretado pelo CITAC - Centro de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra, no mesmo espaço onde se iniciou, o Multusos de Febres. Afirmou, de seguida, que o Ciclo de Teatro foi muitíssimo bem-sucedido pela diversidade de géneros, de temas abordados, pela alegria que todos os participantes e responsáveis de cada Grupo transmitiram em palco, reconhecendo-se a qualidade dos trabalhos pela adesão crescente que todas as sessões registaram. Finalmente, como membro de um Grupo participante, atestou o verdadeiro sucesso da edição, que deixou uma marca especial e deu os parabéns à Câmara Municipal pela aposta na cultura que dinamiza as Freguesias e chega a todos os municípios.----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se a dois assuntos: - Informou que faz este ano 140 anos do nascimento de Jaime Zuzarte Cortesão, que foi médico, deputado, professor, poeta, dramaturgo, bibliotecário, etnógrafo e um historiador português que nasceu na Vila de Ançã em 29/04/1884. Informou ainda que, por ser um grande homem da cultura e da história portuguesa, Ançã celebrará o seu nascimento, em parceria com o Município, no dia 29 de abril, com uma programação variada que iniciará pela manhã com uma deposição de flores junto ao seu busto e terminará com uma conferência, pelas 21h00, na Quinta da Sobreira Quinhentista, com a presença do Dr. António Rafael Amaro, Professor da Universidade de Coimbra, e o Dr. José Manuel Mendes, Presidente da Associação Portuguesa de Escritores, convidando todos os presentes para estarem presentes naquelas atividades. Ressalvou que, por ser o ano do seu nascimento, durante o mês de setembro, haverá mais programação com o tema de Jaime Cortesão; - Informou, de seguida que, após a apresentação da candidatura do

calcário de Ançã a Património Mundial, no próximo domingo será recebido em Ançã, o Sr. Dr. David Martim Freire, membro do Conselho da UGS Subcommission on Heritage Stones, da UNESCO e da Sr.ª Dr.ª Maria Helena Henriques, Diretora do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, que virão comunicar oficialmente o resultado daquela candidatura, sendo recebidos pela Junta de Freguesia, pela Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio e pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, em Ançã, pelas 16 horas, pelo que, em nome da Freguesia de Ançã, e da Sr.ª Presidente da Câmara, convidou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Moura, restantes vereadores, restantes Membros da Assembleia e Presidentes das Juntas de Freguesia que englobam no seu território o calcário de Ançã, a se associarem ao evento. Recordou que, a denominação escolhida na candidatura foi “calcário de Ançã”, uma vez que se refere tanto à Pedra de Ançã mais nobre e já extinta, documentada e existente no lugar de Ançã e na zona das Várzeas, como a outra pedra menos branda e que continua a ser usada atualmente em edifícios e esculturas, continuando a existir e ser explorada nas Freguesias limítrofes.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Soares, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que o trabalho que está a ser desenvolvido pelos três Agrupamentos de Escolas do Concelho está a ser reconhecido a nível local e regional, mas também a nível nacional e internacional. Esclareceu estar a referir-se aos prémios nacionais e internacionais no âmbito da Biologia, da Geologia, da Física, da Química, da leitura, da produção escrita, entre outros, bem como aos índices de colocações no ensino superior que os Agrupamentos que têm secundário, têm atingido. Acrescentou que, na preservação ambiental, dois dos Agrupamentos são oficialmente Eco Agrupamentos, e o terceiro tem muitas das suas Escolas envolvidas, tendo tido bastantes prémios e muito reconhecimento oficial.

Na área da cultura, com a dinamização de vários projetos locais e concelhios, destacou um ligado à Arte Xávega, a recente vitória num evento regional de escoliadas e a Rede de Bibliotecas que em boa hora, foi implementada e que está a dar excelentes resultados. Nos intercâmbios internacionais destacou os projetos Erasmus de dois dos Agrupamentos, com intercâmbios com vários países da Europa e com comunidades aprendentes e educativas, muito particularmente em Espanha, entre outros países. No desporto, onde a formação de base e a colaboração com os vários clubes do Concelho, bem como o apoio à distância de todos os atletas que têm participado em provas com a Bandeira Nacional, está a produzir campeões nacionais e atletas para essas equipas em diversas modalidades. Referiu, de seguida que, todas aquelas atividades dos Agrupamentos no panorama cultural, desportivo e educativo do Concelho, não seriam possíveis sem as excelentes relações institucionais e a apropriação de ambas as partes dos projetos que vão existindo, quer dos projetos Escola apropriados pela própria Câmara, quer dos projetos da Câmara que são apropriados pelos Agrupamentos e, levados a cabo com bastante sucesso e com bastante impacto no Concelho. Finalmente, em nota de reconhecimento, deixou claro, o quanto a comunidade educativa aprecia e reconhece o enorme esforço financeiro que está a ser feito em duas frentes, a primeira com o apoio a todas aquelas iniciativas, e a segunda na criação das condições de segurança, de conforto, de trabalho e de aprendizagem através das obras que estão em curso e das que vão ainda começar. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qua, após cumprimentar todos os presentes na sessão, passou a responder às intervenções antecedentes: - Relativamente à questão das estradas nas Cochadas, informou que houve uma visita do Presidente do Conselho

de Administração e de outros técnicos, não só da ADCL, como também da APA, à ETAR das Cochadas, na semana anterior à presente sessão, com a presença do Executivo da Freguesia da Tocha, elementos das Associações locais e moradores das Cochadas para que pudessem constatar, *in loco*, qual era a situação daquela intervenção. Informou ainda ser previsível que, por volta de junho, se comecem a fazer os primeiros testes à ETAR esperando-se que em setembro esteja pronta para inaugurar e para abrir. Acrescentou ser um dos maiores investimentos que se tem feito no Concelho, que ultrapassa os 12.000.000,00€, sendo importante para todo o Concelho, essencialmente ao nível ambiental, pois a situação que estava a acontecer já era incomportável, não só para Cantanhede, como também para Mira. Referiu ainda que, uma das coisas referidas por algumas pessoas presentes das Cochadas foi, exatamente a quantidade de camiões a passar, o que é incontornável porque têm de passar, carregados ou descarregados, provocando por vezes barulho, mas também alguns problemas nas vias, sendo que o Presidente da ADCL disse que não costumam sair de uma obra, deixando coisas por corrigir que sejam da sua própria responsabilidade. Referiu que estariam atentos para saber o que é da responsabilidade da ADCL e o que pode ser de alguma responsabilidade da parte do Município e que essas situações vão ter de ser acauteladas; - Relativamente à questão do evento referido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, referiu que o mesmo não ocorreu em 2023 e que no corrente ano está programado para 1 de junho, uma altura em que o Município tem inúmeros eventos. Acrescentou que as Associações sempre tiveram liberdade de fazer os seus eventos nas datas que entendem. No entanto, o Município deve alertar para a tentativa de se poder diluir um bocadinho as datas dos mesmos, para não haver concentração na mesma altura, não só porque cada evento fica mais potenciado

quando não coincidem com eventos de outras Freguesias, como levam a uma maior adesão das pessoas que não têm de se repartir em termos de voluntariado e da vida Associativa, para depois obterem o fruto do que pretendem. Sobre o assunto referiu que a comunicação não é muito tardia e que o Sr. Vice-Presidente informará o que se poderá fazer; - Relativamente à requalificação do Largo Ferreira Freire, informou que o projeto está pronto há muito tempo, mas, no início deste mandato, o Executivo da Junta de Freguesia transmitiu que o queria levar para análise e que ia fazer uma auscultação à população, pelo que o Município ficou a aguardar. Como a Junta de Freguesia informou agora que não vai fazer a auscultação, deduzindo que concorda com o projeto, informou que se iria avançar com a obra.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, relativamente ao evento da União das Freguesias de Portunhos e Outil, informou que, de acordo com as normas indicadoras dos apoios que são dados, todos os eventos carecem de agendamento de reunião e de confirmação, para definição dos apoios, apesar destes estarem tipificados. Acrescentou que são feitos todos os esforços para tentar não fazer coincidir eventos, para ganhar as maiores sinergias, mas também, como os recursos são limitados dificilmente seria possível dar apoio logístico a tantos eventos, ainda por mais quando há eventos do Município. Acrescentou que, calendarizados, existem já quatro eventos do Município na mesma altura e recordou que, a última vez que soube que a União das Freguesias de Portunhos e Outil teria um evento, não comunicou que o faria e nem sequer foi feito.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Vítor Folgado, que o facto do último evento não se ter realizado não é justificação para dizer que agora desconheciam, porque foi em outubro de 2023 que as Associações e o

executivo marcaram aquela data. Referiu ainda que a Câmara não agendou nenhuma reunião preparatória, nem disse para alterar a data tendo em consideração que ia coincidir com outros eventos da Câmara ou do Concelho porque, se eventualmente tivesse avisado em outubro ou novembro, seria mais fácil poder alterar aquela data porque as associações da União de Freguesias de Portunhos e Outil, quase todas elas culturais, já têm compromissos impossíveis de mudar.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, voltando a frisar que a Câmara não contacta ninguém, quem organiza é que tem de saber se vai concretizar ou não, e marca a reunião. Recordou, de seguida, que há eventos anuais que são incontornáveis, como por exemplo a EXPOFACIC, “que todos sabem se realiza por volta de 25 de julho a 4 de agosto, a 1 de junho realiza-se a grande festa da família, para além de outros eventos. Referiu que as normas são claras para se ficar com um referencial e se poder reagendar, porque por parte da Câmara há vontade de dar toda a ajuda possível para que sejam um sucesso. Referiu, finalmente que os procedimentos são iguais para todos e que o assunto devia ser tratado com a Câmara e não com a Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, relativamente às intervenções da Sr.ª Joana Seabra, do Sr. José Soares e dos Sr.s Presidentes das Juntas de Freguesia de Sanguinheira e de Ançã, referiu darem uma perspetiva do que é tão gratificante no Concelho, nomeadamente, as dinâmicas culturais e desportivas, os prémios e a atitude que tem ao nível da educação e também o prémio para o calcário de Ançã, que vai no próximo domingo ter um ponto de divulgação, muito importante para o Concelho e que representa um reconhecimento de todo o papel que a pedra de Ançã

teve ao longo dos tempos, não só em termos da parte artística, mas também da parte económica.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu-se a alguns prémios atribuídos ao Município e a entidades ligadas ao Concelho, nomeadamente: - A INOVA foi distinguida pela ERSAR com dois selos de qualidade, um na categoria de serviços de abastecimento público de água ao consumidor e outro pelo serviço de gestão de resíduos urbanos ao consumidor. Acrescentou que a avaliação foi qualitativa e teve em consideração aspetos como a governança, o cumprimento das obrigações legais, a conduta perante o regulador e as ocorrências significativas com impacto na prestação de serviço. Pelo feito, deu os parabéns à Administração e aos trabalhadores da INOVA; - A EXPOFACIC voltou a receber o Prémio 5 Estrelas na Categoria Festas, Feiras e Romarias, tendo-se distinguido em diversas categorias que foram avaliadas, realçando a distinção junto do público que manifestou gosto pelos itens, experimentação, relação preço qualidade, intenção de compra, recomendação, confiança na marca e inovação. Pelo feito, deu também os parabéns à Comissão Organizadora da EXPOFACIC; - A Câmara Municipal recebeu um Selo de Mérito atribuído no âmbito do Movimento Cuidar dos Cuidadores Informais. Recordou que, através do Gabinete Municipal de Apoio ao Cuidador Informal e através do Projeto CUIDIN, desenvolvido em parceria com várias entidades, quer do Concelho, quer ligadas à Universidade de Coimbra, foi feita uma enorme capacitação dos Cuidadores Informais, face ao envelhecimento da população e também ao preponderante relevo que os Cuidadores Informais têm vindo a adquirir na sociedade. Pelo feito, deu também os parabéns ao Município. Passou, de seguida, a outro assunto, nomeadamente, à Estrada Nacional 234, no setor Ourentã / Murtede, onde o piso está



completamente degradado, com buracos, ondulações, abatimentos do piso, acumulações de lençóis de água, pinturas apagadas etc... E onde, quase todas as semanas, tem havido acidentes, resultando danos materiais nas habitações envolventes, nos veículos, ferimentos em pessoas, infelizmente mortos também, pelo que apelou a um dialogo junto das Estradas de Portugal para que aquelas situações possam ser resolvidas ou pelo menos mitigadas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapeto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu-se ao problema de estacionamento indevido, dos carros em frente à Escola Marquês de Marialva, quando os pais vão buscar os filhos. Recordou já ter questionado a Câmara sobre o que pretendia fazer para solucionar aquele problema, desconhecendo se foi tomada alguma medida, pois continua a acontecer o mesmo. Referiu ainda ser certo que tem a ver com a questão do civismo das pessoas, mas existindo na Câmara um setor de Trânsito que toma medidas e é proactivo quando assim entende, considera que, neste caso, e uma vez que as pessoas não correspondem ao civismo expectado, devem ser tomadas medidas. Não sendo técnico, nem especialista na área, sugeriu que fossem colocados pinos junto ao passeio para impedir que os carros estacionem nos passeios, por questão de segurança dos que lá querem transitar e por vezes não conseguem. Relativamente à questão da Pedra de Ançã, referiu ser um tema que lhe diz muito e que gosta imenso, mas que, de facto, acha que pouco se faz para defender a marca de Ançã. Acrescentou que, respeitando as atitudes e as ações que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Ançã desenvolvem sobre o tema e muito bem, considera que se deveria retomar o Simpósio de Escultura, porque não basta dizer que a Pedra de Ançã é uma marca, também é necessário divulgar a própria marca,

promovendo efetivamente o uso da pedra que, para além de ser um bem artístico, é um bem económico.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu-se a dois assuntos, nomeadamente: - Á nova ligação viária da zona sul de Cantanhede, que irá fazer a ligação entre a Rua Filipe Requicha e a Rua Heróis do Ultramar, indo facilitar a zona de circulação entre o Centro de Saúde, o Hospital, as escolas e a zona residencial do sudoeste da cidade. Acrescentando ser uma zona que está em expansão, e que aquela ligação poderá vir a melhorar a fluidez e a mobilidade de todo o perímetro da cidade de Cantanhede, pelo que felicitou o Município pela iniciativa; - Relativamente à parte cultural, recordou as iniciativas que foram feitas com a presença da escritora Alice Vieira, que levaram as crianças à Biblioteca, promovendo assim a leitura e a utilização do livro; - Finalizou com um bom exemplo da interação do Município com as Associações, nomeadamente, o Banco de Leite de Cantanhede, criado em 2013, que, só em 2023, ajudou cerca de quatro dezenas de crianças, incluindo bebés, a obter leite.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu novamente, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou: - Relativamente aos vários prémios referidos, considerou extraordinário o que se faz e a qualidade demonstrada, pelo Município, Juntas de Freguesia, associativismo e empresas, estando Cantanhede de parabéns; - Relativamente à EN 234, informou que o Município comunica com frequência com as Infraestruturas de Portugal, não só sobre aquela estrada, mas também sobre a EN109 porque o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha também faz chegar algumas situações, ou ainda sobre parte da EN que vem de Ançã em direção a Mira. Confirmou que parte daquelas estradas está marcada,



outra não e, a circulação, sobretudo de noite e em dias de chuva, é preocupante, tendo já agendada uma reunião com os representantes das Infraestruturas de Portugal para analisar todas aquelas questões; - Relativamente à questão do estacionamento em cima do passeio, junto às escolas, informou que seria colocada a questão na Comissão de Trânsito, composta por elementos da GNR, dos Bombeiros, pelos Presidentes das Juntas de Freguesia e outras entidades, para saber se, eventualmente, a solução proposta para colocação de pinos é viável para ultrapassar aquelas situações; - Quanto à questão da Pedra de Ançã, referiu estar na agenda e que têm pensado numa forma um pouco diferente de poder retomar o Simpósio de Escultura ou dar-lhe outra denominação, eventualmente com uma periodicidade de 2 em 2 anos, porque pressupõe uma grande quantidade de peças, chegando-se a um ponto em que a importância que se pretende dar, poder-se-ia perder; - Relativamente à ligação viária da zona sul de Cantanhede, recordou que, durante muito tempo, a chamada zona do PPU esteve um pouco parada, mas agora existem construções novas e está em crescimento, sendo importante, não só para as pessoas que lá residem, mas também para as pessoas que vêm da zona de Outil que passam a ter um acesso mais direto ao centro de Cantanhede. Informou que a empreitada já começou, tal como a requalificação do espaço à sua volta, que espera que possa ser circulável brevemente; - Por se ter falado no Banco de Leite, deu nota, de um novo Clube Rotário, com sede em Cantanhede, liderado pela Professora Manuela Grazina, já com vários elementos, ao qual deseja grande sucesso a nível social.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu novamente, a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, relativamente ao estacionamento junto às Escolas referiu que, sem prejuízo de uma solução física que contribua para minimizar aquele problema, todos sabem que existe também um problema de civismo associado e que se trata de uma

realidade que existe em quase todas as Escolas do país, devendo ser reforçado junto da GNR que a solução física deve ser complementada com agentes da autoridade.--

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual sugeriu à Sr. Presidente da Câmara que, quando falar com as Infraestruturas de Portugal, lhes faça sentir que parte da deterioração das estradas deve-se ao facto dos camiões de grandes dimensões poderem chegar às 60 toneladas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, a qual, com o auxílio de uma projeção, informou que, decorrente da publicação da Lei n.º 80/2023, de 28 de dezembro, houve uma alteração que vai decorrer relativamente às eleições para o Parlamento Europeu a ocorrer no dia 9 de junho, mais concretamente que: - O voto continua a ser em papel, mas os Membros das Mesas vão ter que controlar toda a parte eleitoral através de um computador; - Cada mesa de voto vai ter um técnico que saiba de informática, que vai ter formação pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e que, posteriormente, dará formação aos membros das mesas; - O computador só terá acesso aos cadernos eleitorais e nada mais, sendo depois recolhidos e guardados para futura eleição; - Os técnicos que vão ser recrutados e os membros das mesas vão ter credenciais de acesso únicas e obviamente intransmissíveis; - Vai ser possível votar em qualquer mesa de voto do país, desde que se tenha cartão de cidadão ; - Continua a existir o voto antecipado, para os doentes, para quem vai para o estrangeiro, mas, como é o

círculo eleitoral da Europa, qualquer pessoa poderá votar fora da área do seu concelho.-----

----- Sobre este assunto interveio também o Chefe da Divisão de Modernização, Inovação e Qualidade, João Machado, que complementou a informação dada pela Sr.ª Presidente da Câmara e prestou, detalhadamente, todos os esclarecimentos necessários.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Referindo que o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de equipamento - Mini escavadora e reboque»** e o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Obras no Largo da Tocha»** tratam de atribuições de subsídios a Freguesias, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse todas as explicações necessárias sobre os mesmos, sendo os pontos de seguida votados individualmente, como tem sido usual.-

----- Tomou então a palavra à Sr.ª presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que: - O ponto n.º 2 propõe um subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira, por ter adquirido uma miniescavadora e um reboque pelo valor de 28.512,40€, tendo sido deliberado subsidiar 30% daquele valor, no montante de 8.553,72€; - O ponto n.º 3, propõe uma subsídio à Freguesia de Tocha, destinado às obras que irão decorrer relativas ao Largo, orçadas em 50.000,00€, sendo o valor de subsídio de 15.000,00€. Acrescentou que nos dois pontos, os subsídios serão pagos pela Divisão Financeira, de acordo com a faturação enviada pelas respetivas Juntas de Freguesia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 2** –

“Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de equipamento - Mini escavadora e reboque”, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Obras no Largo da Tocha”, tendo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 4 - “Apreciação, discussão e votação da proposta do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Cantanhede (PMEPCC)”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que fosse o Sr. Vereador, Adérito Machado, a apresentar o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Cantanhede. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que, a proposta para a elaboração do referido Plano foi aprovada a 05/07/2023 e foi a consulta pública a 11/07/2023, não tendo tido nenhuma sugestão de alteração. Acrescentou que a Autoridade Nacional, em 25/10/2023, emitiu o seguinte parecer: *“O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cantanhede revela um considerável grau de cumprimento de disposições fixadas pela resolução n.º 30/2015, bem como uma elevada preocupação de adequação à realidade municipal. Em geral, o documento encontra-se adequadamente estruturado, embora algumas componentes possam ainda ser melhoradas e adaptadas, de modo a contribuir para um aumento da funcionalidade do Plano. Assim, nos termos e fundamentos*

constantes, é emitido um parecer favorável". De seguida, o Plano regressou a 18/08/2023 à Comissão Municipal de Proteção Civil de Cantanhede tendo sido aprovado, por unanimidade, e de seguida sido submetido em reunião de Câmara realizada a 03/04/2024 onde foi também aprovado, encontrando-se agora na fase final para ser aprovado na Assembleia Municipal. Informou, de seguida, que o Plano é composto por três partes e seis anexos: - A Primeira parte sendo uma apresentação geral do que é o Plano Municipal de Proteção Civil de Cantanhede; - A Segunda parte, a sua execução, a apresentação da estrutura de direção, as coordenações, a definição das responsabilidades, a organização das estruturas de relevância operacional e os agentes de Proteção Civil que intervêm; - A terceira parte, a apresentação do inventário de meios e recursos, sendo que, muitos dos meios que estão elencados, foram transmitidos pelas Freguesias, mas também refere a parte da comunicação, como é que é feita, quem tem competência para a fazer, os relatórios e as requisições; - Os anexos referem-se à cartografia, ao programa de medidas a implementar, à caracterização do território e à análise dos riscos, à avaliação, à quantificação e à identificação de vulnerabilidade em matéria de autoproteção de empresas e indústrias, todo um conjunto de descrições complexas que estão interligadas e que têm a ver com as Juntas de Freguesia, os Bombeiros, as entidades locais que estão ligadas à área da Proteção Civil, como a GNR, a PSP e o ICNF e, numa última linha, o cidadão. Referiu ainda que o Plano elabora: - Os modos de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas que desempenham as operações de Proteção Civil; - A tipificação dos riscos; - As medidas de prevenção a adotar; - A identificação dos meios e recursos mobilizáveis em situações de acidentes graves ou catástrofe; - Os critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos públicos ou privados utilizáveis; - A estrutura operacional que visa garantir a unidade de direção e

o controlo permanente da situação; - A definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas públicas ou privadas com competências no domínio da Proteção Civil. Concluiu que, o Plano descreve a relação e a interligação entre entidades, entre estruturas e entre organismos, que é um Plano complexo, mas muito claro, tendo todos os intervenientes no processo contribuído para que fosse atingido, estando todos de parabéns em relação ao objetivo final conseguido.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, referindo ser a Proteção Civil a informar sobre as faixas de gestão de combustível, informou que no ano anterior, em três locais de sua propriedade, na passagem de linhas da E-REDES e da REN, cortaram tudo o que era pinheiro manso. Acrescentou ter reclamado e que lhe foi dito que a Proteção Civil é que tinha indicado aqueles locais como faixa de gestão de combustível. Questionou assim se havia alguma forma de acautelar aquelas ações.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual congratulou o Município pela elaboração daquele Plano, por ser um assunto pertinente e ser necessário, pois trata-se da segurança e da articulação das várias autoridades e agentes de Proteção Civil no Município. Referiu ainda que, o site da ANPC tem uma listagem dos vários Planos Municipais, passando agora Cantanhede a integrar a mesma e a estar atualizado naquela matéria. Questionou, de seguida, se o Plano está articulado com os Planos Regionais e com o Plano Nacional de Emergência, porque em várias incidências e catástrofes, muitas das vezes há necessidade de ter o apoio de forças exteriores.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Vereador, Adérito Machado, respondendo às intervenções anteriores, que; - A E-REDES, as Estradas de Portugal e o Município têm as suas responsabilidades e competência específica. As Estradas de Portugal nas estradas

que são da sua jurisdição e a E-REDES nas áreas que lhe são adstritas e tem de fazer a limpeza das faixas de gestão de combustível, conhecem bem os procedimentos, nomeadamente, que os pinheiros mansos têm um afastamento que deve ser cumprido. Acrescentou que, muitas vezes, o problema está nos trabalhadores das empresas que fazem o trabalho, que muitas vezes não sabem se os pinheiros são bravos ou mansos, e cortam tudo de seguida, o que não pode ser; - Relativamente aos Planos, afirmou considerar que têm uma mais-valia para a Proteção Civil, porque está interligada com todos os Municípios, são contínuos e representam uma visão global, transversal e igual para todos.-----

----- Não havendo mais intervenções, colocou a votação o **Ponto 4 - “Apreciação, discussão e votação da proposta do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Cantanhede (PMEPCC)”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-

----- Passou, de seguida ao **Ponto 5 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de prorrogação da suspensão parcial da 1.ª Revisão ao PDM de Cantanhede e estabelecimento de medidas preventivas no âmbito do RERAE / Complemento da deliberação de Câmara de 24 de janeiro de 2024”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, o procedimento submetido à Câmara no dia 24/01/2024 foi sujeito a parecer da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional que dispunha de 10 dias para o emitir, contudo, como o prazo já expirou, considera-se existir aceitação tácita, devendo o processo passar para a prorrogação e suspensão parcial da 1ª Revisão ao PDM. Solicitou, de seguida que o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, desses explicações mais detalhadas sobre o assunto em apreço.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, o qual informou que o RERAE é o Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas e que a presente proposta vem consubstanciar a prorrogação por 1 ano da suspensão parcial da 1.^a Revisão do PDM de Cantanhede. Recordou que, a suspensão parcial do PDM e o estabelecimento das correspondentes medidas preventivas foram publicadas no Diário da República, a 25 de março, fundamentando-se na necessidade de regularização e viabilização das atividades industriais e pecuárias existentes, enquadradas nos termos do RERAE. Informou ainda que o procedimento foi enquadrado também em termos legais, por quanto resulta de uma circunstância excecional que admite a possibilidade de suspensão dos Planos Municipais e, neste caso, das disposições regulamentares do PDM em desconformidade com as atividades a regularizar através daquele regime excecional, onde se verifiquem circunstâncias, também elas excecionais, resultantes da alteração significativa das perspetivas do desenvolvimento económico e social e da alteração do quadro legal, bem como da declaração de reconhecimento de interesse público municipal, das atividades existentes para a promoção e valorização do tecido económico e social do concelho. Acrescentou que, de facto, a suspensão das disposições do PDM para a área territorial em causa, por via daquele procedimento, permitiu já algumas regularizações de ocupações em causa, permitindo o desenvolvimento económico ou financeiro do tecido empresarial local e a manutenção de postos de trabalho relevantes para o concelho de Cantanhede, no entanto, outras das situações identificadas ainda se encontram em processo de regularização, pelo que se justifica a necessidade de prorrogação do prazo de suspensão das disposições do PDM em desconformidade. Acrescentou ainda que se encontra a decorrer a 3.^a alteração ao PDM, que integrará as disposições que

permitam a continuidade da regularização das atividades identificadas no procedimento e que, o processo de prorrogação da suspensão e das consequentes medidas preventivas, respeita os prazos legais e todo o dispositivo legal, tendo sido estabelecido um prazo de 2 anos, prorrogável por mais 1 ano, estando agora em causa apenas a prorrogação das medidas preventivas para as áreas abrangidas pelos processos RERAE em sede do Plano Diretor Municipal. Solicitou, de seguida, que o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Sr. Paulo Marques, pudesse complementar o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Sr. Paulo Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou estarem perante um regime excecional e transitório que permite a regularização de atividades económicas que não estão em conformidade com o PDM. Acrescentou terem sido detetadas 28 atividades não regulamentares com o PDM, vindo o RERAE de forma excecional permitir regularizá-las, mesmo não estando de acordo com o PDM. Esclareceu que, para tal, teve-se de suspender o PDM naquelas áreas específicas de cada uma das atividades e criar medidas preventivas, as quais foram aprovadas pela Assembleia, há 2 anos, foram publicadas em Diário da República, sendo que passados esses 2 anos, das 28, apenas 7 ficaram regularizadas, existindo ainda 21 por regularizar, o que justifica fazer a prorrogação permitida pelo Diploma uma vez que a alteração do PDM ainda não está aprovada. Esclareceu ainda que, quando a alteração do PDM estiver aprovada, irá contemplar as medidas e as regras necessárias para regularizar aquelas atividades, ficando fundamentada a necessidade de se prorrogar por mais 1 ano aquelas medidas preventivas. Informou ainda que, as 21 atividades que ainda estão por regularizar encontram-se distribuídas um pouco por todo o concelho, mas com

maior incidência nas Freguesias de Tocha, Cadima e Sanguinheira, muitas da área da pecuária, que poderão assim regularizar as suas atividades, no entanto, caso não o consigam neste próximo ano, o PDM vai conseguir colocar no seu Regulamento a possibilidade de continuarem a ser regularizadas, mas não com a mesma abertura, daí ser necessário fazer a prorrogação solicitada.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual referiu que algumas daquelas atividades estão dentro das localidades, da chamada malha do tecido urbano e provocam um cheiro nauseabundo, devendo ser acautelado. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 5 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de prorrogação da suspensão parcial da 1.ª Revisão ao PDM de Cantanhede e estabelecimento de medidas preventivas no âmbito do RERAE / Complemento da deliberação de Câmara de 24 de janeiro de 2024”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 6 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Programa de Captura, Esterilização e Devolução (CED) de Gatos do Município de Cantanhede”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que fosse o Sr. Vereador do Pelouro, Adérito Machado, a apresentar o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual passou a apresentar as medidas contempladas no plano de ação do Município que tem por objetivo uma redução do número de animais errantes, mas também a diminuição do abandono de animais; - O programa ADOTA MAIS, pelo qual quem adotar um animal recebe um cartão que lhe permite ir a várias empresas e obter

uma oferta ou um desconto, como por exemplo, um desconto na ração, uma tosquia gratuita, um desconto numa consulta do animal, sendo um incentivo e um reconhecimento a quem adota um animal, sem encargos para o Município, envolvendo as empresas do ramo a serem solidárias com quem adota um animal e que tente fazer com que haja um reconhecimento e um estímulo, para que isso aconteça; - A divulgação que vai sendo feita no Facebook, que se quer mais agressiva e os outdoors que vão sendo substituídos; - A implementação de dias abertos e visitas em horários alargados; - Um programa de apoio à promoção dos cães seniores do canil, porque toda a gente tem algum carinho pelos cachorrinhos, mas esquecem-se que os cães mais velhos passam no canil 3, 4 ou 5 anos; - A alteração do horário de atendimento do canil para que seja mais prático; - A gratuidade das vacinas, do chip e de todos os registos a quem adotar um cão; - Uma campanha de apoio à esterilização de animais de companhia, que irá estar no terreno de 1 a 30 de maio, com um cão ou um gato para família, com um plafond de 4.000,00€ que será suportado pelo Município. Esclareceu que para a esterilização de uma cadela, o apoio será de 72,00€, de um cão de 40,00€, de uma gata de 46,00€ e de um gato 20,00€, sendo o valor restituído com a prova de que o ato foi feito numa Clínica e que o dono do animal custeou o valor total da intervenção, preenchendo um formulário no Município; - Para a promoção do bem-estar animal, tenciona-se criar os parques de Diver-cão, com o objetivo de retirar os animais dos espaços públicos que são comuns às pessoas, como o Parque Verde, onde os donos vão passear e soltam os cães e estes fazem as suas necessidades na relva, devendo aquela zona estar completamente infestada de parasitas, não sendo também aconselhável esta partilha, onde toda a gente, no fundo, quer usufruir e andar em liberdade e muitas vezes as pessoas são incomodadas pelos cães das pessoas que, sem consciência, os soltam

e os deixam andar à solta; - Nas Escolas tencionam avançar com mais campanhas infantis, mais fortes, para sensibilizar as crianças que são os veículos de informação para os pais, no sentido de não se promover o abandono dos animais; - Também tencionam apoiar os detentores de raças potencialmente perigosas, no sentido de saberem identificar quais são as raças potencialmente perigosas, quais são os perigos de ter um cão daquelas raças e quais são as obrigações que têm quem possuir um cão de raça classificada perigosa. De seguida apresentou o Regulamento do Programa CED, para Gatos, como um programa que contempla no fundo, a captura, a castração, a esterilização e a devolução dos mesmos. Acrescentou ser uma oportunidade de, de forma legal, conseguir manter os gatos com enquadramento e que possam ser tratados de forma decente. Referiu a necessidade de alterar o Regulamento Municipal do Ambiente da Câmara Municipal de Cantanhede, no sentido de autorizar na via pública o alimento destinado a gatos de colónias CED porque, no momento, é proibido alimentar gatos na via pública e é proibido cooperar com animais errantes na via pública. Explicou que, o Regulamento vai criar um espaço de acolhimento para gatos que terá três intervenientes, o primeiro o Cuidador, o segundo o Município e o terceiro a Junta de Freguesia. Esclareceu que o Cuidador: - Será uma pessoa idónea que assume a responsabilidade da colónia; - Deverá ter mais de 18 anos, ou entre 16 e 18 anos, mas com um tutor que esteja disponível e que aceite que ele possa assumir aquela responsabilidade; - Terá que existir um suplente no caso de o Cuidador ficar doente, de ir de férias, de ter algo que o impeça de cuidar dos gatos; - Poderá ser uma pessoa singular, um conjunto de pessoas, ou Associações; - Terá a responsabilidade de cuidar dos gatos, de adquirir ração e de disponibilizar água potável, sendo proibido alimentar os gatos com restos de comida; - Haverá uma cooperação com a Veterinária Municipal, que vai sempre acompanhando os gatos; -



Todos os encargos com a parte sanitária é responsabilidade do Município; - Sempre que haja uma anomalia no estado de saúde de um gato, deve ser comunicado de imediato ao Município, que comunica à Veterinária Municipal. Informou ainda que será a Junta de Freguesia a autorizar o local, em conjunto com o município, local esse que deve ser afastado de Escolas, Hospitais ou das vias de circulação, para evitar que haja acidentes com os gatos na travessia da via. Referiu ainda que o objetivo é de os retirar do centro da cidade e de algumas freguesias, situações que se conhecem, dar mais qualidade de vida às pessoas, mais segurança aos animais e também fazer com que não haja riscos para a saúde pública. Afirmou esperar a adesão de pessoas que tenham grande sensibilidade pelos gatos e pelos animais, de forma a estabelecer uma parceria e construir aqueles abrigos para que sejam retirados do centro da cidade os gatos e que, de uma vez por todas, não se encontrem restos de comida, com bichos, com moscas, com dejetos, como se encontra muito próximo das instalações da Câmara Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual referiu que, dentro do possível, a Câmara deve sensibilize os proprietários dos animais, nomeadamente os cães, para não andarem soltos, porque os únicos que podem andar soltos, são os cães de caça na época de exercício venatório e no mínimo a 500m da estrada. Acrescentou que são um perigo para quem circula de moto, tendo ele próprio já apanhado alguns sustos. Referiu ainda que, regra geral, os cães que não tem dono são problema. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapeto, o qual referiu que o princípio subjacente ao Regulamento proposto lhe parece muito positivo, no entanto, ficou com muitas dúvidas que os Cuidadores se cheguem à frente, porque é muito mais fácil criticar e falar mal do que colaborar e contribuir para

a causa, muito embora tudo o que seja para fazer na defesa dos animais, é sempre positivo e é sempre de realçar e valorizar. Acrescentou que, apesar de todas as ações que se estão a desenvolver, extremamente importantes e positivas, fica preocupado com o problema dos cães abandonados porque a problemática continua uma vez que eles acasalam, têm crias, etc... Sendo um problema que deve ser resolvido.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual enalteceu o trabalho que tem sido feito pelo CRAC, pela Médica Veterinária Municipal e pelo Município, para procurar resolver algumas daquelas questões. Acrescentou que os pressupostos do Regulamento lhe parecem bastante bons, mas teme que possam existir alguns entraves financeiros e físicos à sua execução, devido a alguns aspetos que têm a ver com a falta de civismo. Referiu ainda que, no corrente ano, a atividade do CRAC está muito mais discriminada do que era habitual no relatório de contas e constata-se que o número de animais abandonados e recolhidos é o dobro do número de adoções. Presume que, por falta de capacidade ou morte de familiares, as pessoas não querem assumir a detenção dos animais e que, algumas, até julgam que estão a fazer bem aos animais, mas na prática é muito questionável, porque as condições de salubridade, fruto do número de animais, de parasitas que se vão juntando, de condições de alimentação deficitárias, acabam por gerar problemas às vezes maiores do que se fossem cuidados de outra maneira ou encaminhados para adoção por outras famílias. Recordou existirem vários casos detetados no concelho de acumuladores de animais, em particular gatos, que chegam a conservar e alimentar 30 ou mais gatos nas imediações de sua residência, o que deve ser uma preocupação para todos e deve ser combatido, indo o Regulamento nesse sentido. Relativamente aos animais de companhia, afirmou concordar com as anteriores intervenções, porque na comunicação social voltaram a ser notícia vários casos de

acidentes e de agressões, apesar da proibição de trazer os animais potencialmente perigosos na via pública sem açaimo, o que é uma realidade cada vez mais visível no centro de Cantanhede.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Maria Maia Gomes, o qual após cumprimentar todos os presentes, afirmou concordar com tudo o que foi dito, muito particularmente com o facto dos Cuidadores não se chegarem à frente, porque as pessoas aparecem mais para criticar do que propriamente para cuidar. Considerou que o Regulamento tem mérito e pode ser aperfeiçoado e considera que também deveria haver um Regulamento para responsabilizar os Cuidadores. Referiu, de seguida que, na Praia da Tocha, os veraneantes andam com os animais à solta, apesar de todos os anos serem colocadas placas de acesso interdito à Praia, na Avenida, que são depois retiradas discretamente pelas pessoas que têm animais. Acrescentou ser um privilégio estar na Praia da Tocha, que tem qualidade de vida, mas é muito constrangedor assistir, quer à circulação dos veraneantes com os animais à solta na Avenida, quer aos animais soltos na Praia, quando muitas crianças têm medo deles e estão sempre numa aflição, pela irresponsabilidade dos seus donos. Solicitou assim, que o Município sinalizasse bem a interdição do acesso de animais à Praia e que tenha o cuidado de repor as placas que sistematicamente vão sendo retiradas.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual referiu que, efetivamente os cães são um problema social do qual só se pode culpar a formação pouco cívica de quem os abandona, que não podem ser responsabilizados, porque têm um comportamento irregular e, afinal, é o Município o culpado porque tem a obrigação de recolher todos os cães. Acrescentou que, se fossem recolhidos todos os cães, seria necessário um canil para 800 cães, que têm um tempo de vida média de

10 anos, o que seria incomportável. Acrescentou ainda que, atualmente, as pessoas sabem que o canil está lotado e que só pode entrar um cão quando for adotado outro, e já não abandonam tanto os cães, porque sabem que se eles abandonam os cães, os cães não saem de lá. Referiu que se faz o máximo para que tal não aconteça, e que fica muito triste quando as pessoas que vêm reclamar porque parece que o Município é incompetente porque não vai buscar os cães a todo lado. Recordou, de seguida que, foi anunciada a duplicação do espaço do canil no Diário de Coimbra com abertura no dia 5, e no dia 6, dia de feira, três cães estavam amarrados a um STOP junto à ciclovia próximo do Intermarché, tendo de imediato sido levados para o canil, sendo certo que, foram lá colocados já com essa intenção, pois sabiam que o canil ia começar a recolher cães. Isto é um pensamento que não tem classificação. Relativamente ao programa CED, recordou que não é para cães mas só para gatos.-

----- Tomou finalmente a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual recordou que, por trás da Caixa Geral de Depósitos, encontram-se uma série de gatos, bem como 3 ou 4 caixotes bem expostos, que depois de almoço, são capazes de terem esparguete, arroz, batatas, etc..., lá colocados por pessoas que sabem que não podem alimentar os animais na via pública. Acrescentou que os Regulamentos são importantes, mas tem muito a ver com o civismo e educação das pessoas, porque, se as pessoas não tiverem consciência, nunca deixarão de fazer aquilo que não devem fazer em vez de levar os animais para casa, de os esterilizar, de os adotar. Existindo aquela situação, se se tem de viver com os animais na comunidade, eles têm que estar limpos, asseados e esterilizados, têm que ter um Cuidador. Acrescentou que as pessoas têm direitos, mas também deveres e o Município devia ter uma ação mais assertiva, num primeiro momento, sensibilizando a população, e num segundo

momento, alertando as pessoas de que não podem trazer os restos do almoço e do jantar pra os animais, embora o façam com o maior dos amores pelos animais.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 6 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Programa de Captura, Esterilização e Devolução (CED) de Gatos do Município de Cantanhede”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 7 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento para “Contratação de um empréstimo de longo prazo, no valor de 3.500.000,00€ / Requalificação da rede viária no Concelho – 3.ª fase”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o empréstimo em apreço destina-se a uma intervenção na rede viária, nas Freguesias, que ultrapassa os 7.300.000,00€, sendo que algumas poderão ter mais ou menos intervenção ou rede viária. Informou ainda que foi solicitada uma análise puramente técnica à situação geral de todo o concelho, tendo o Sr. Eng.º Idalécio Oliveira coordenado todo esse trabalho e foi ao terreno analisar. Acrescentou que as Freguesias tinham situações diversas, ou porque não valia a pena avançar porque ainda teriam intervenções da INOVA ou porque podia haver, ao longo do mandato, mais ou menos pressão de uma Junta de Freguesia ou de outra. Acrescentou ainda que, quando o relatório chegou, foi feita a análise por Freguesia e houve um cruzamento de dados com o Departamento de Obras Municipais e com a equipa da Divisão de Administração Direta, e perante essa mesma análise puramente técnica, foram entendidas as áreas que devem ser intervencionadas e as vias que estão em piores condições. Informou de seguida que, com base naquela análise, foi solicitado que escalonassem as necessidades mais

fortes do concelho para que as empreitadas pudessem decorrer, apesar da equipa da Administração Direta continuar a fazer as suas intervenções, em troços mais curtos, mais estreitos, mais urbanos, em situações em que a máquina da Câmara se adapta mais aos locais em causa, onde não caberia a máquina de algumas empresas. Informou ainda que todas as Freguesias vão ter intervenções, no valor global de 3.500.000,00€ que será lançado por várias fases, mas rápidas, para não esperar pareceres do Tribunal de Contas e porque muitas. Informou ainda que ocorrerão em três ou quatro Freguesias de cada vez, com um prazo máximo de dois anos e que irão começar já a lançar os concursos em maio/junho, logo que todo o processo do empréstimo esteja preparado. Referiu que os preços para o ano vão começar a disparar porque no final do ano vai haver eleições e, do ponto de vista da gestão, é melhor lançar os concursos no corrente ano, quando os valores ainda estão mais contidos. Relativamente ao empréstimo informou que será feito pelo prazo de 12 anos, com período de carência de 2 anos, sendo solicitadas propostas a todos os Bancos que têm agências no Concelho de Cantanhede. Finalmente, informou que para acompanhar o processo e não haver mais atrasos, uma equipa vai estar no terreno a fazer as medições mais corretas, porque uma coisa foi o levantamento feito de uma forma seguida, sem o pormenor da via, outra coisa é ter uma estrada com 6 metros em vez de 4, para fazer o pré orçamento, que pode ter alguma oscilação relativamente ao processo que foi primeiro definido, e evidentemente, contactar os Sr.s Presidentes de Junta quando todo o orçamento estiver feito para saberem onde é que as intervenções vão decorrer.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual elogiou a iniciativa, com a qual se congratula, com pena de não ter sido há mais tempo, pois a rodovia do concelho numas Freguesias mais do que noutras, está

deveras em mau estado, devendo agora ser estabelecidas prioridades para as estradas que estão mesmo a precisar.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, acrescentando que já foram investidos cerca de 7.300.000,00€ em tapete e sinalização. Informou ainda que, relativamente à sinalização, na próxima segunda-feira vai começar a pintura dos troços nas estradas através de uma empreitada, fundamental para a segurança. Informou ainda que vai insistir na renovação de toda a sinalização vertical pelo que apelou aos Sr.s Presidentes de Junta para terem o cuidado de substituir a sinalização caída que pode ser reutilizada, porque a que necessita de ser substituída, vai ser pelo município, estando esse procedimento a começar.-----

----- Não havendo mais qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 7 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento para “Contratação de um empréstimo de longo prazo, no valor de 3.500.000,00€ / Requalificação da rede viária no Concelho – 3.ª fase”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 8 - “Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede do ano de 2024”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, a alteração em causa tem a ver com vários fatores, entre eles, a delegação de competências na área da saúde em que 5 assistentes operacionais do Centro de Saúde de Cantanhede foram transferidas para o Município, porque, em quase todas as USF do concelho, todo o serviço habitualmente feito por assistentes operacionais, é feito por empresas. Acrescentou terem sido feitos ajustamentos relacionados com mobilidades internas de

trabalhadores e que os 520 postos de trabalho por tempo indeterminado incluem os 5 assistentes operacionais já referidos, 7 postos de trabalho ocupados a termo resolutivo certo e 2 a termo resolutivo incerto, 189 funcionárias que vieram das Escolas, 2 postos ocupados a termo resolutivo incerto afetos aos Agrupamentos de Escolas do concelho, 13 a ocupar por mobilidade intercarreiras, 66 de recrutamento por tempo indeterminado. Relativamente às Escolas, referiu que deve-se acautelar situações de substituição, porque por vezes surgem urgências havendo necessidade de ter um concurso mais ativo para poder fazer face a essas situações, para além das aposentações que devem ser também acauteladas em termos do mapa de pessoal. Informou que também estão colocadas as questões relacionadas com o suplemento remuneratório dos funcionários que exercem funções em condições de penosidade e insalubridade, nomeadamente, os trabalhadores que desempenham funções no cemitério, no canil e no asfaltamento de rodovias.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 8 - “Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede do ano de 2024”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 9 - “Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município de Cantanhede relativo ao ano de 2023”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual agradeceu, na pessoa do Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, à equipa da Divisão Financeira, muito bem estruturada e muito preocupada em ir alertando para algum tipo de medidas que se possam ter que tomar ao longo do ano. De seguida, com a

ajuda de uma projeção multimédia apresentou o balanço, a demonstração de resultados, o fluxo de caixa, as alterações ao património líquido, o anexo às demonstrações financeiras e outro tipo de demonstrações orçamentais mais ao nível individual. Relativamente à evolução em termos de trabalhadores informou que, comparando ao ano de 2017, são praticamente o dobro, sendo que ao nível da Câmara e da INOVA, dos que estão em cedência de interesse público ou dos que estão em contrato de trabalho, do BIOCANT e da ABAP, o Grupo Autárquico tem 704 funcionários, sendo 497 da Câmara e alguns em prestação de serviços. Acrescentou que o aumento não se deveu apenas aos funcionários que transitaram da educação e da saúde, mas da necessidade de reforçar as funções que eram desempenhadas na Ação Social e ainda na Divisão de Estudos e Projetos, na parte da contratação e das candidaturas. Prestou alguns esclareceu sobre as candidaturas ao PRR na área da educação, que estão a ser analisadas por ordem de entrada e sobre a requalificação das USF. Relativamente à execução do orçamento, informou que: - O orçamento era na ordem dos 41.000.000,00€ e baixou para 40.000.000,00€ devido à falta de participações de candidaturas; - Cumriu-se 85% do grau da execução da receita; - As transferências correntes foram de 14.500.000,00€; - A receita de capital ultrapassa os 6.300.000,00€; - Na execução da receita houve uma variação positiva de 2.300.000,00€ comparativamente a 2022, com um aumento no orçamento da receita de 6.063.000,00€ e na receita fiscal bruta, houve uma variação positiva de 4.071.000,00€ relativamente ao ano anterior; - Relativamente à execução do orçamento da despesa, efetuaram-se pagamentos no montante de 34.200.000,00€, quais 62,53%, correspondem a despesas correntes e 37,47% a despesas de capital; - Houve um crescimento nas despesas globais relativamente ao ano de 2022 de 8,04%; - Na execução do orçamento da despesa corrente, verifica-se o valor de

11.200.000,00€, com vencimentos, participações para a Segurança Social e outros abonos, mas também os combustíveis, as refeições escolares, a eletricidade, a locação de bens, os transportes escolares, os contratos de programa com a INOVA, os juros, as transferências correntes para a Administração Local ou transferências para instituições sem fins lucrativos e para as famílias; - Na execução do orçamento da despesa de capital, a aquisição de terrenos ou de edifícios, nomeadamente, escolas, construções diversas, instalações culturais e desportivas, equipamento básico, informático, tudo aquilo que é necessário, e ainda, transferências de capital para as Juntas de Freguesia ou para instituições sem fins lucrativos. Relativamente às Grandes Opções do Plano, informou que as funções sociais se destacam com 10.400.000,00€, onde estão incluídas a educação, a cultura, a atividade social e o desporto, para além das funções económicas com toda a área da parte da atividade da indústria, da energia, do transporte e do turismo. Informou ainda que a taxa de execução das Grandes Opções do Plano ao nível da despesa foi de 81,42%. Relativamente ao saldo de gerência, que resulta da diferença entre as receitas cobradas, adicionado o saldo que transitou do ano anterior e retirados os pagamentos ocorridos durante o exercício, informou que atingiu um valor de 2.641.318,23€. O prazo médio de pagamento foi de 20 dias; - Relativamente ao limite endividamento, informou que a 31/12/2023 era de 33.500.000,00€; - O Grupo Autárquico tem um total de endividamento de 9.500.000,00€; - Foi utilizada 28% da média da receita corrente cobrada líquida nos últimos 3 anos, estando a situação perfeitamente controlada. Fez uma breve apresentação do balanço e da demonstração de resultados informando que: - Houve um aumento ao nível do ativo não corrente e dos investimentos; - O levantamento do património está todo registado, tendo havido uma recuperação bastante grande. Relativamente ao balanço informou que, o passivo tem o valor de

10.266.000,00€, sendo que 6.247.000,00€ são respeitantes ao passivo não corrente e o resto a passivo corrente, que o resultado líquido do período foi de 896.523,80€ e o resultado ilíquido cerca de 900.000,00€. Relativamente à demonstração de resultados por naturezas, referiu os gastos com pessoal, o fornecimento e serviços externos, as transferências e subsídios concedidos que sofreram um aumento de 21% relativamente ao ano anterior e que ultrapassaram os 5.600.000,00€ em 2023. Informou que o património líquido apresenta uma variação positiva de 4.500.000,00€ face ao ano de 2022, e que, a proposta de aplicação, que se propõe à Assembleia Municipal é que, o resultado de 2023, no montante de 896.523,80€, seja repartido sendo 44.826,19€ para reforço das reservas legais, e os restantes 851.697,61€ para reforçar a conta das reservas livres. Informou ainda que, as receitas do Município são mais que suficientes para a cobertura das despesas, uma vez que o rácio entre a receita cobrada líquida e a despesa total apresentada em 2023 é de 1,08. Acrescentou que as despesas de capital representam 82,19% do montante relativo a gastos com bens de investimento. Solicitou, finalmente a apresentação do filme sobre as principais atividades desenvolvidas pelo Município no ano de 2023.-----

----- Finda a apresentação do filme em causa, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra a Sr. Ulisses Salvador, o qual se congratulou pelo facto da Câmara ter de IMI 5.709.780,15€ e de Derrama 1.406.732,28€, perfazendo mais de 7.000.000,00€, dando muito jeito para as despesas decorrentes das competências delegadas. De seguida teceu algumas considerações e colocou algumas questões, nomeadamente: - Qual a razão para a redução das transferências para as Freguesias, relativamente ao ano de 2022? - As rubricas da saúde, ação social e cultura têm vindo a reduzir, em contrapartida da do desporto que aumentou, porquê? - O saldo de gerência de 3.500.000,00€ é bom; - O prazo médio de pagamentos é de 20 dias, muito

bom; - A que se devem as dívidas incobráveis, no valor de 22.598.19€? A que se referem as dívidas na página 220? Porque é que existe um saldo negativo de 1.360.361,11€ quando era positivo em 2022? A taxa de execução é de cerca de 85%, estando de acordo com as boas práticas, sendo mérito da Câmara.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra a Sr. José Malta, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, em relação especificamente à Prestação de Contas, referiu que a sua bacada entende que os números são francamente bons, devendo ser assinalado, tal como o esforço feito pela Sr.^a Presidente da Câmara, e o empenho e profissionalismo da Câmara Municipal de Cantanhede. Partilhou, de seguida a análise feita em relação aos quadros apresentados: - Parece que os números da Prestação de Contas, apesar de tudo, são alcançados à custa de uma espécie de marcha lenta ao nível do plano de investimentos e também de um aumento da receita, essencialmente a receita fiscal; - Por exemplo, em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, entre o valor dotado em orçamento para o valor efetivamente pago, existe um diferencial substancial de cerca de 22,7 milhões para os 18,5 milhões, isso no quadro 50; - A receita fiscal bruta no quadro 40, do ano de 2022 para 2023 teve um crescimento de cerca de 0,5 milhões, com principal incidência ao nível do IMT; - Parece que há uma ajuda para a Prestação de Contas que tem a ver com o orçamento inflacionado na despesa, porque, de acordo com o quadro 42, a execução da despesa por classificação económica entre o valor dotado em orçamento para o valor efetivamente pago, tem um diferencial substancial de cerca de 40.000.000,00€ para 34.000.000,00€, os tais 6.000.000,00€ assinalados; - Na execução da receita por classificação económica no quadro 33, entre o valor dotado em orçamento para o valor efetivamente pago, existe um diferencial substancial dos cerca de 40.000.000,00€ para os 36.000.000,00€, os 4.000.000,00€,

parecendo que, se se inflacionar a despesa num orçamento, tendencialmente se estará a potenciar uma prestação de contas positiva, pois a execução da despesa será mais baixa do que a prevista, e aí aparece então a poupança dos cerca de 6.000.000,00€; - Os custos relacionados com o capital são os que apresentam maiores diferenças, mas não foi considerado no orçamento a baixa das taxas de juro. Finalmente, solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, o seu comentário em relação a análise efetuada.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou não estar na posse do documento integral, apenas dos resumos, pelo que solicitou ao Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, para analisar o que foi dito. Referiu, de seguida que, cada vez mais, vai ser difícil aos municípios fazerem um orçamento e cumpri-lo, estando convicta que se não houver mexida na Lei das Finanças Locais, quando deixar de haver financiamento de fundos europeus, as câmaras vão se limitar a gerir pessoas e serviços. Referiu ainda que, na ANMP já foi solicitada reunião com o Sr. Ministro para saber como é que as coisas irão decorrer, devido ao aumento assustador da despesa que está a acontecer, com a quantidade de investimento que pretendem fazer e com as receitas existentes. Acredita que se deve dialogar e insistir fortemente para que as transferências do Estado para as Juntas de Freguesia e para as Câmaras aumentem, pois é incontornável continuar assim. Relativamente aos comentários feitos anteriormente informou que: - O desporto aumentou, porque, existem parques desportivos e pavilhões que estão por acabar há muito tempo, porque era impensável noutros mandatos conseguir fazer obras que são de milhões. Acrescentou que os únicos que estavam concluídos eram o da Tocha e o de Ançã e que, no de Febres, que não estava concluído, foi agora feito o relvado sintético porque,

como tem a componente do atletismo, do lançamento do dardo e do peso, não se consegue naturalmente aquele tipo de atividades num relvado natural que é exigido. Relativamente ao de Cantanhede referiu que tinha os campos, mas os balneários eram em contentores, sendo uma obra pesada financeiramente. Acrescentou estarem também a dar apoio aos Campos do Cadima e de Sepins, que são privados, à parte do ténis, do padel, do golfe, das piscinas, para toda a alteração em termos energéticos sobretudo, onde se pretende utilizar fundos europeus para acalmar essa mesma despesa. Referiu ainda, relativamente ao Pavilhão de São Caetano, que tem muitos anos e tem sido um encargo muito grande à Associação, que espera que seja concluído ainda no mandato, apesar de estar a ser utilizado, mas faltam umas pinturas. Informou que, para o Centro Cultural e Desportivo da Sanguinheira, já foi transferido cerca de 700.000,00€ ao longo dos vários mandatos e que espera que seja concluído ainda no mandato. Referiu esperar que depois de terminar tudo aquilo, se consigam fazer as manutenções que vão ser necessárias, mas apostou-se nestes processos, daí o valor ser bastante grande. Referiu ainda que, na área Cultural, tal não aconteceu, contudo, saiu uma portaria para reanálise de instalações mais ao nível cultural, para equipamentos que ainda não estão finalizados ou não cumprem as condições em termos de proteção civil, pelo que, como alguns já foram construídos há muito tempo, devem ser reavaliados, estando a ser feito o levantamento total no Concelho. Relativamente à questão da redução no valor das Juntas de Freguesia referiu que não existiu porque foram celebrados contratos interadministrativos com as mesmas com valores definidos, foram ainda atribuídos subsídios e ainda houve empreitadas próprias que não entram naqueles valores. Relativamente à questão de algumas taxas, como o caso do IMT, referiu que na última reunião da ANMP falou-se de uma descida, mas poderá ter efeitos nos orçamentos municipais, devendo haver



uma correção financeira da parte do Governo para colmatar as falhas que estão a surgir e que vão surgir ainda mais. Acrescentou que houve grandes aquisições no Concelho, porque se está a implementar um desafio no sentido de se ter casas no Concelho para arrendamento, que existem candidaturas ao IHRU, quer seja na parte da ação social, quer na parte do urbanismo, que estão a ser analisadas para o 1º Direito, em que os municípios podem fazer intervenções em casas próprias de pessoas que estão sinalizadas com problemas sociais, mas que tem sido muito difícil, porque, por vezes, essas casas pertencem a um número enorme de proprietários que não se entendem e não conseguem ultrapassar essa situação. Outra solução, para a parte social é o município adquirir outras casas ou terrenos e construir para depois alojar essas mesmas famílias. Existe ainda outra área, a do arrendamento acessível, para tentar que sobretudo os jovens, possam ao iniciar a sua vida e ter uma casa para arrendar a custos acessíveis. Explicou, de seguida, que para fazer um orçamento começam por solicitar a todos os Serviços e a todos os Pelouros que mandem para a Divisão Financeira os valores das intenções de despesa, que por sua vez sabe exatamente qual é o valor da receita que vai ter. Acrescentou que o orçamento é um documento previsional, mas na fase em que se está, de uma quantidade enorme de possibilidades, realmente não é fácil, com constantes alterações para além da preocupação em continuar a ter os números controlados e estar descansados. Acrescentou que o orçamento não está inflacionado na despesa, porque os Sr.s Vereadores, metem tudo, mas depois perante a receita, não se consegue.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual comentou a declaração de Voto do PSD do seguinte teor: *“Os documentos de prestação de contas são a expressão das estratégias políticas previamente constantes no Orçamento, pelo que em relação aos documentos apresentados, se*

destacam os seguintes aspetos: - Elogiamos este novo modelo com descrição exaustiva da atividade camarária e da componente financeira associada, que permite uma melhor avaliação do que foi feito pelas diferentes estruturas orgânicas; - 536 páginas justificam um elogio a quem definiu as estratégias, a quem as executou e a quem teve todo o trabalho por detrás da elaboração e apresentação destes documentos; - O cenário económico e político durante o ano foi misto, com um crescimento moderado, mas também com alguma instabilidade e riscos; - Em 2 anos, houve aumento de 49% no número de trabalhadores, por força da assunção de competências nas áreas da Educação e da Ação Social; - Os graus de execução são elevados e cumprem com os limites legais, atingindo 92% na receita e 85% na despesa; - A poupança corrente foi superior a 6,7 milhões de euros, registando-se que nos últimos 3 anos foi sempre superior a 6 milhões de euros, sinal do rigor orçamental e de gestão; - A regra do equilíbrio orçamental foi cumprida com por mais de 6,2 milhões de euros, valor que tem vindo a subir bastante nos últimos anos e permite financiar e alavancar investimentos; - As despesas com pessoal representam cerca de 50% das receitas correntes e 29% das despesas totais, tendo subido 18% em relação ao ano anterior, enquanto as transferências correntes subiram apenas 8%; - Com isto, verifica-se que no período 2021-2023 o aumento nas transferências correntes (3,9M€) foi inferior ao aumento das despesas com o pessoal (4,1M€), ou seja, as transferências das novas competências nem sequer pagam o aumento da despesa com pessoal; - As funções sociais representam 49% dos custos por funções e 70% se for considerada a distribuição dos custos com funções gerais – a educação assume aqui especial importância, mas também a ação social, saúde, ambiente, desporto, cultura e muitas outras áreas importantes; - O número de processo de subsídios à natalidade tem vindo a subir e o valor quase triplicou em relação 2021



(entretanto a fórmula também foi alterada), o que não deixa de ser um sinal positivo e digno de registo; - Destacamos os 35 projetos aprovados, com verbas recebidas ou pendentes em 2023; - O saldo orçamental rondou os 2,6 milhões de euros e os rácios orçamentais e económico-financeiros têm variações heterogéneas, mas globalmente continuam bastante positivos; - A capacidade de endividamento do grupo municipal é de apenas 28%, quando denotamos municípios que continuam acima do limite máximo; - O prazo médio de pagamentos foi de 20 dias, um prazo bastante satisfatório, ainda que superior ao do ano anterior; - O Resultado Líquido baixa 62% em relação ao ano anterior, mas ainda assim ronda os 900 mil euros, o que demonstra a necessidade de rigor e prudência, consubstanciada numa almofada financeira; - O Resultado Líquido é um dos fatores considerados na avaliação da saúde financeira dos municípios, registando-se que 14 dos 19 municípios da CIM-Região de Coimbra e muitos dos principais municípios do país apresentam RL negativos, tanto mais que não é ano de eleições. Pelo exposto, votamos favoravelmente os presentes documentos de prestação de contas.”-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 9** - **“Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município de Cantanhede relativo ao ano de 2023”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 22 votos a favor e 7 abstenções.-----

----- Após a votação o Sr. Ulisses Salvador, referiu que a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, respondeu-lhe de forma clara e inequívoca às questões que lhe colocou pelo que o seu voto é favorável. Elogiou, de seguida, a Câmara por apresentar contas daquela natureza.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 10 - “2.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do**

Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2024”.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a alteração em causa tem a ver essencialmente com a criação de rubricas novas, nomeadamente, ao nível da receita, a questão do empréstimo de longo prazo que já referiu, e ao nível da despesa, a abertura de rubricas onde estão referidas todas as Freguesias para a requalificação da rede viária nas Freguesias, a criação de uma outra rubrica para a requalificação dos Palheiros da Tocha devido a uma candidatura que foi feita à ADELO, e outra ainda para as transferências no âmbito da esterilização de animais de companhia.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 10 - “2.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2024”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-

----- Verificando que o **Ponto 11 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento do evento desportivo “XVI BTT Cadima Caminhos do Tremço”** e o **Ponto 12 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licenciamento do evento desportivo “III Caminhada de Cordinhã”** tratam de isenções de taxas a Freguesias, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que os apresentasse em conjunto, sendo de seguida votados individualmente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o Ponto 11 diz respeito a uma isenção de taxas à Freguesia de Cadima, pelo licenciamento do evento desportivo “BTT Cadima Caminhos do Tremço 2024”, no valor de 20,18€ e o Ponto 12 a uma isenção



de taxas à Freguesia da Cordinhã, pelo licenciamento da “III Caminhada da Cordinhã”, também no valor de 20,18€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 11 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento do evento desportivo “XVI BTT Cadima Caminhos do Tremoço”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 12 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licenciamento do evento desportivo “III Caminhada de Cordinhã”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 13 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / Novembro e dezembro de 2023 e janeiro, fevereiro e março de 2024”**.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual transmitiu que no caso concreto, são distribuídos cerca de 15.000,00€ por aquelas Freguesias, entre os meses de novembro do ano passado e março deste ano. Acrescentou ser uma área que se quer alterar, porque não se pode continuar com um protocolo que continua sem estar a ser cumprido, no entanto, ainda não houve possibilidade de discussão sobre o tema ao nível da ULS. Referiu, de seguida, que na sua opinião meramente pessoal, é de louvar a postura do Presidente da ULS no processo porque não tem sido como as anteriores ligações com a ARS, sendo certo que, enquanto Presidente do Conselho de Administração da maior

ULS do país, não pode continuar ele próprio a estar constantemente a tratar do diálogo com os Municípios. Nesse sentido, está a ser pensada a criação pelas ULS das Comunidades Locais de Saúde, que seriam um segundo nível por forma a agilizar a forma como a saúde pode ser discutida, que não diretamente com o Conselho de Administração da ULS, bem como a possibilidade de centralizar naquelas Comunidades Locais, meios auxiliares de diagnóstico e acessibilidades de outro tipo de ordem. Acrescentou já ter havido várias reuniões, na Tocha, em Ansião e em Góis com todos os municípios que fazem parte daquela ULS, que vai desde Castanheira de Pera, de Leiria até Mira, tirando Figueira da Foz, Soure e Montemor que têm uma ULS própria, e alguns municípios que pertencem a Leiria. Acrescentou ainda que foram discutidas as propostas que foram apresentadas, nomeadamente, uma Comunidade Local de Saúde que ficaria centralizada em Cantanhede, abrangendo Cantanhede, Mira, Mealhada, Mortágua e Penacova. Considerou aquela proposta muito sensata e que poderia produzir para Cantanhede melhorias de várias ordens porque existiria alguém constantemente, para se partilhar as dificuldades e as dúvidas. Informou ainda ter estado nos Centros de Saúde de Cantanhede com a Sr.^a Vereadora, Célia Simões, a Sr.^a Joana Seabra Malta e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, tendo ficado espantada com o valor da intervenção para a recuperação do Centro de Saúde de Cantanhede que ronda 1.800.000,00€. Acrescentou estarem a fazer reuniões também noutros Centros de Saúde para ver se há alguma coisa que tenha de ser corrigida e que, na última reunião, também transmitiu que o caso dos horários era importante apesar de não estar plasmado no protocolo, mas que o Centro de Saúde em Cantanhede devia estar aberto até às 22h00, tendo sido transmitido que *“abrimos os MCDT no Hospital e não à adesão”*. Foi transmitido que o próprio Hospital ou a ULS

deveriam fazer uma maior divulgação para que as pessoas acorram àquele serviço, porque, se as pessoas não vão às USF`s lá fazer algum tipo de análise ou seja o que for, poderá não haver necessidade de ter a consulta aberta até às 22h00, o que foi acordado e seria bom que realmente fosse implementado. Referiu ainda que há dificuldade em conseguir fixar médicos em alguns territórios, o que foi analisado numa reunião da CIM, devendo existir condições atrativas para que os médicos fiquem, como compartilhar a renda de casa aos médicos que se estabeleçam no território, ou a água ou a luz. Acrescentou que tal não acontece apenas em zonas do interior, porque municípios grandes também o estão a fazer. Referiu ainda que não são as Câmaras que têm de tratar da fixação dos médicos, mas está a acontecer e dão benefícios para aumentarem a possibilidade de se lá colocar mais médicos. Informou ainda que os médicos tiveram todos um aumento na ordem dos 40% de forma genérica e que a criação das ULS vai potenciar, por um lado, um aumento da possibilidade do acesso do médico de família ao utente, diminuindo o número de utentes que não têm médico de família, e por outro lado, do ponto de vista da gestão, potenciar os vencimentos de quem faz parte daquela ULS. Acrescentou que, na sua opinião, não deve ser uma situação analisada caso a caso por cada município que o entenda fazer, mas sim pelo Estado, com outro tipo de benefícios. Voltando aos Postos de Enfermagem, referiu esperar que, com a criação das Comunidades Locais, se possa ter alguém para dialogar sobre aquelas questões, como por exemplo a questão dos carros que tem sido o tema geral nas reuniões com o Presidente da ULS, porque há Centros de Saúde ou USF`s em que os Médicos, mas essencialmente os Enfermeiros, não querem conduzir as viaturas, querem que as Câmaras lhes deem motorista para conduzir os carros para irem fazer domicílios. Acrescentou que em Cantanhede o caso é outro, pois apenas necessita que mandem os carros prometidos.

Relativamente à questão dos Postos de Enfermagem, espera que, na próxima fase quando tivermos outra estrutura para dialogar, se possa encontrar uma outra solução.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que, no primeiro dia em que a consulta aberta abriu, tal como o raio X e o laboratório, na verdade este último teve muito pouca adesão. Acrescentou lá ter ido de manhã e à tarde, no primeiro e segundo fim de semana para saber como estavam as coisas a correr, se era preciso alguma coisa, mas também com este intuito de monitorizar a situação. Verificou que, no primeiro fim de semana, no laboratório não houve uma única pessoa a fazer análises, no raio X, no primeiro fim de semana, houve num dia três raios X e no outro dia dois, e no fim de semana seguinte o raio X aumentou um ou dois por dia. Acrescentou que as pessoas só lá vão se o médico lhes pedir os exames, ou então se uma pessoa que tem um pedido de um raio X para fazer ou de umas análises e que não pode ir fazer durante a semana porque está a trabalhar, pode aproveitar o fim de semana porque está aberto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qua referiu que as pessoas já não vão ali porque desabituararam-se de lá ir, para além do desconhecimento profundo de como funciona atualmente. Referiu que o mesmo acontece com o atendimento nas consultas, pois ninguém sabe, nem os horários, nem quem atende. Acrescentou que, sempre que há desconhecimento, os serviços não são rentáveis porque as pessoas como se desabituararam de ir, não vão, o que não existia quando havia a célebre consulta aberta. Relativamente aos carros, referiu que os funcionários têm o direito de não os querer conduzir, no entanto, ao contrário do que acontece com a polícia e GNR, onde os carros não tem seguro e a pessoa quando bate é alvo de um processo disciplinar, são carros que têm seguro, não havendo

desculpa para não ser conduzido.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 13 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariza, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / Novembro e dezembro de 2023 e janeiro, fevereiro e março de 2024”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do Estatuto Remuneratório de um dos Membros do Conselho de Administração da INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, de acordo com a Lei, a tipologia de empresa como o caso da INOVA, pode ter três elementos no Conselho de Administração, dois remunerados e um sem ser remunerado, remuneração que tem de ser no máximo, o valor equivalente ao vencimento de um Vereador. Acrescentou que, o Presidente do Conselho de Administração não ganha nada, apenas recebe como Vice-Presidente da Câmara, tal como a própria nada recebe no BIOCANT. Informou, de seguida que, ficaram três elementos executivos, sendo que apenas um estava com vencimento, sendo a presente proposta para a Administradora, Sr.ª Paula Videira, que passe a ser remunerada com funções executivas nas mesmas condições que recebe o anterior Administrador, ainda em funções, Sr. Luís Pedro Casalta Martins de Castro, sendo o valor, de acordo com a Lei de 2.950,40€, ainda com a redução de 5%, baixando para 2.802,83€, mais as despesas de representação de 590,08€,

subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, calculados com os normativos legais em vigor na Administração Pública.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qua corroborou as informações da Sr.^a Presidente da Câmara, referindo que, a Lei n.º 52/2012, no seu art.º 3.º, impede que o Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Sr. Pedro Cardoso não tenha vencimento, e no caso de haver remuneração, não poderá ser igual ou superior ao do vencimento de um Vereador a tempo inteiro. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do Estatuto Remuneratório de um dos Membros do Conselho de Administração da INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 28 votos a favor e 1 voto contra.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados na sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queresia usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 18h50 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:



----- O Primeiro Secretário: *João Manuel Maia Nunes.*

----- A Segunda Secretária: *Fátima do Carmo de Jesus Gaetaninho*

